

O QUE DIZEM AS COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE O PAPEL DA ESCOLA E DOS PROFESSORES NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS?

WHAT THEY SAY THE SCIENTIFIC COMMUNICATIONS ON THE ROLE OF SCHOOLS AND TEACHERS IN THE RATIONAL USE OF MEDICINES?

Nelson Machado do Carmo Júnior¹

Jackson Ronie Sá-Silva²

RESUMO: O Uso Racional de Medicamentos (URM) é um tema que deve ser problematizado nas instituições sociais. A escola e as práticas docentes potencializam o elo saúde-educação. Este artigo apresenta uma pesquisa documental realizada em comunicações científicas que informam sobre o URM. Procurou-se analisar se tais comunicações citam o papel da escola e dos professores na divulgação dessas informações. A análise dos documentos demonstrou que o tema, quando abordado, é de forma superficial, simplista ou mesmo inexistente. Percebeu-se que, a escola é um local de promoção da saúde, ainda com visão restrita e curativista. Compreende-se ser necessário que, a temática do URM seja discutida nas escolas de maneira problematizadora, como uma ferramenta de promoção da saúde, potencializando as práticas de atenção primária.

PALAVRAS-CHAVE: comunicações científicas, uso racional de medicamentos, educação em saúde, escola.

ABSTRACT: The Rational Use of Medicine (RUM) is a topic that must be discussed in social institutions. The School and the teaching practices development strengthen the link between health and education. This article presents a documentary research conducted in scientific communications that inform about the RUM. One should analyze whether such communications mentioning the role of the school and teachers in the dissemination of this information. The analysis of the documents showed that the topic, when approached, is so superficial, simplistic or

¹ Especialista em Saúde Pública pela Faculdade Pitágoras. Bacharel em Farmácia-Bioquímica pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Maranhã, Brasil. nelsonjuniorslz@hotmail.com

² Pós-Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Doutorando em Saúde Pública na Universidad Tres Fronteras. Mestre em Saúde e Ambiente pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bacharel em Farmácia-Bioquímica (UFMA) e Licenciado em Ciências Biológicas (UEMA). Professor Adjunto do Departamento de Química e Biologia da Universidade Estadual do Maranhão. jacksonronie@ig.com.br

even non-existent. It was noticed that, the school is a place of health promotion, even with restricted vision. It's understood to be necessary that the subject of the RUM is discussed in schools of problematical way, as a tool for health promotion, primary care practices.

KEYWORDS: scientific communication, rational use of medicines, health education, school.

Introdução

Esta pesquisa versa sobre o tema do Uso Racional de Medicamentos (URM) e sua discussão dentro do contexto escolar. Essa proposta é construída sob a ótica de um marco teórico educacional que proporciona uma discussão sobre a promoção da saúde na escola, a partir de uma leitura crítica e problematizadora, tomando como base, principalmente, a teoria materialista histórico-dialética para elucidar alguns conceitos e termos que relacione essa discussão com outro modelo de saúde e educação, na perspectiva de construção de outra sociedade.

O desafio a que este trabalho se propõe é o de tematizar as importantes conexões entre os campos da Saúde e da Educação, no intuito de fazer perceber as relações produtivas desses campos com a discussão do uso de medicamentos.

Nosso olhar sobre a Educação em Saúde não permite pensar a Saúde apenas como ausência de doença. Enxergamos a complexidade deste tema a partir de uma perspectiva transformadora em que os aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos e políticos devem ser o pano de fundo do processo saúde-doença (LAURELL, 1982). Principalmente, por se tratar de temas que as instituições sociais com lógica positivista insistem em segregar. Porém, precisamos fazer enfrentamentos discursivos e problematizadores, porque pensá-los de forma interdisciplinar é produtivo e necessário, pois se tratam de temas e discussões contra hegemônicos, como os que envolvem a saúde pública, a saúde do trabalhador, as questões de gênero, etnia e sexualidade, que, se apresentadas e discutidas dentro da sala de aula, cumprem um papel de extrema importância na educação transformadora.

Pretendemos informar que existem concepções teórico-políticas transformadoras que podem ser debatidas nas licenciaturas das Ciências Naturais e que, ao introduzir o tema do uso racional de medicamentos e a relação do mesmo com a escola e os/as professores/as, ampliam-se as possibilidades

de discutir o processo saúde-doença numa visão crítica e de empoderamento dos sujeitos sociais.

O que seria o uso racional de medicamentos? Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1985) para efetivar ou promover o uso racional de medicamentos é preciso estabelecer a necessidade do uso do medicamento; que se receite o medicamento apropriado. Além disso, é necessário que o medicamento seja prescrito adequadamente, na forma farmacêutica, doses e duração do tratamento; que esteja disponível de modo oportuno, a um preço acessível; que se dispense em condições adequadas com a necessária orientação e responsabilidade, e, finalmente, que se cumpra o regime terapêutico já prescrito.

Porém, nessa sociedade o alto lucro que a indústria farmacêutica tem a cada ano e o modo com o sustenta, impedem que o trabalhador saia do consultório e tenha acesso ao tratamento terapêutico medicamentoso (como continuação do cuidado), pois em geral, são muitos os medicamentos prescritos para solucionar ou minimizar os problemas de saúde da maioria da população que sofre com problemas crônicos ou agudos, soma-se a isso a carência no acesso aos mesmos. Muitas considerações precisam ser feitas, pois essa abordagem é parte de um todo, parte de um contexto social que ultrapassa a esfera da saúde, onde precisamos considerar os fatores e a soma de elementos históricos que colocam o homem a não ter acesso aos serviços básicos de saúde.

Sendo entendida da forma como a OMS e como as agências reguladoras de saúde no Brasil e no mundo tentam demonstrar, configura-se como mais um processo alienante imposto e condicionado ao homem. Por isso, a necessidade de discussão do tema envolvendo a escola e as/os professoras/professores.

Algumas observações precisam ser feitas sobre a ausência ou mesmo sobre a tímida presença de informações acerca do uso racional de medicamentos em comunicações científicas³ (GARVEY, 1979) direcionadas para a população, em comunicações governamentais divulgadas pelos Ministérios da Educação (MEC) e da Saúde e nos livros didáticos de Ciências e Biologia da educação básica. Importantes questões nos mobilizaram para a discussão dessa temática: a quem/que tem se voltado às produções científicas quando tratam do uso racional de medicamentos? Atualmente, no processo de formação dos/

³Definida por Garvey (1979) como a comunicação que incorpora as atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma ideia para pesquisar, até que os resultados de sua pesquisa sejam aceitos como parte do conhecimento científico.

as professoras, existem abordagens críticas sobre a relação da promoção da saúde no contexto escolar e o uso racional de medicamentos?

Outro elemento importante, que nos coloca a necessidade de discussão do tema “Saúde e o uso racional de medicamentos no contexto escolar”, são os casos de intoxicação por medicamentos em estudantes das escolas brasileiras. Segundo o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), a faixa etária mais atingida é a de crianças menores de 5 anos, a qual representa 27,78% dos casos. Os medicamentos também lideram os casos de intoxicação no Brasil (sendo de aproximadamente, 27,27%) e entre jovens de 15 e 19 anos, 2.510 casos foram registrados nessa faixa etária (SINITOX, 2012).

Estudos de Aquino (2008), afirmam que pelo menos 35% dos medicamentos adquiridos no Brasil por meio da automedicação, indicação e aquisição em farmácias é feito por conta própria. Levando em conta que, no sudeste (SE) do país, a quantidade de drogarias e farmácias é bem maior que no nordeste (NE) e que expressa uma procura maior e conseqüentemente tendência a mais casos de intoxicação, devido à facilidade no acesso, temos o cenário de 49,32% (no SE, na faixa etária de 1-19 anos) e 41,58% (no NE, na mesma faixa etária), revelando a necessidade de ampliarmos esse tema dentro das escolas (SINITOX, 2012).

A OMS (1985) ainda aponta que no mundo, mais da metade de todos os medicamentos são prescritos, dispensados e vendidos indevidamente, e a metade de todas as pessoas não tomam corretamente os medicamentos, conforme aponta a Acción Internacional Por La Salud – Coodinación Interinstitucional de Medicamentos Essenciales (AIS-COIME, 2009).

Essas são algumas questões que nos colocam o desafio de discutir esse tema à luz de uma perspectiva crítica e problematizadora. Para o entendimento do papel da escola e dos/as professoras nas ações de educação em saúde, é preciso compreender como o tema Saúde se apresenta nos currículos escolares.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), encontramos algumas reflexões sobre a inserção dessa temática iniciada no final dos anos 90, mesmo que não tivesse destinado um espaço específico para abordar a questão, os conteúdos relativos à saúde e doença foram sendo incorporados ao currículo escolar brasileiro de maneira que refletia as mesmas vicissitudes e perspectivas, com as quais essas questões eram socialmente tratadas. Assim, disciplinas como Higiene, Puericultura, Nutrição e Dietética ou Educação Física, e, mais recentemente, Ciências Naturais e Biologia, por exemplo, divulgaram conhecimentos relativos aos mecanismos pelos quais os indivíduos adoecem ou asseguram sua saúde (BRASIL, 1997a; BRASIL, 1997b).

Os temas transversais correspondem a questões sociais importantes, urgentes e presentes na sociedade. O desafio que se apresenta para as escolas é o de abrirem-se para este debate e para a compreensão da realidade social e dos direitos coletivos. Entre eles está o tema Transversal Saúde, que aborda a partir de um conceito crítico, o processo saúde-doença e sua relação com a promoção de saúde na escola, sob a perspectiva de introduzir situações necessárias, como o atendimento universal às necessidades humanas elementares, como água limpa, alimentação adequada, saneamento básico, etc. (BRASIL, 1997b).

A partir da leitura crítica dos Parâmetros Curriculares Nacionais, fizemos os seguintes questionamentos: será essa a única forma para que a escola proporcione a discussão do tema Saúde na escola? Será que a abordagem a ser apresentada na escola deve ser somente a partir da concepção de saúde numa perspectiva biomédica-hospitalocêntrica?

Segundo Matta e Morosini (2014), esse modelo biomédico-hospitalocêntrico foi estruturado durante o século XIX. Associa doença à lesão, reduzindo o processo saúde-doença à sua dimensão anatomofisiológica, excluindo as dimensões e determinações histórico-sociais, como a cultura, a política e a economia e, conseqüentemente, localizando suas principais estratégias de intervenção no corpo doente e na enfermidade. Por outro lado, desde o final do século XIX, o modelo que envolve ações preventivas em saúde expandiu o paradigma microbiológico da doença para as populações, constituindo-se como um saber epidemiológico e sanitário, visando a organização e a higienização dos espaços humanos.

Entretanto, tem-se aprofundado cada vez mais a discussão teórica sobre o conceito de doença. Ocorre, assim, um questionamento profundo do paradigma dominante da doença que a conceitua como um fenômeno biológico individual (LAURELL, 1982). A discussão a respeito de modelos de saúde toma proporções maiores quando identificamos e discutimos os determinantes sociais que estão associados à interpretação do processo saúde-doença.

A discussão dos determinantes sociais no processo saúde-doença, sempre esteve na agenda do movimento sanitarista brasileiro desde a década de 1970 e estiveram presentes nos trabalhos da Comissão Nacional de Reforma Sanitária (no período de 1986 a 1987), aprofundou-se durante a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e se apresenta até os dias atuais, em elementos cada vez mais fundamentados na realidade brasileira. Ou seja, são sustentados, tomando como base que a saúde humana deve ser compreendida e analisada a partir das formas de organização da sociedade, levando em consideração

suas estruturas econômica, histórica e social (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde [CEBES], 2014).

É preciso entender também que o processo de determinação social refere-se às várias formas possíveis de conhecer, de modo mais concreto ou específico, as relações entre saúde e sociedade, abrangendo a noção de causalidade, mas sem restringir-se a ela, como única hipótese ou teoria.

Assim, estamos problematizando que a escola é um importante local onde essas determinações sociais se expressam e precisam ser consideradas como abordagens necessárias para o entendimento desta instituição como promotora de saúde e espaço de discussão do uso racional de medicamentos. Demonstraremos que a importância desta discussão não está em apenas apresentar novos elementos teóricos para se pensar as relações entre saúde e educação no espaço escolar, mas oferecer a possibilidade de abordar a problemática a partir de outra perspectiva, isto é, como um fenômeno proveniente de uma concepção de atenção primária, que possa superar modelos que colocam em risco a saúde da população, em especial dos estudantes da educação básica.

Nesse sentido, nossos objetivos são: 1) Compreender o conteúdo das comunicações científicas que enfocam o papel da escola e dos/as professores/as na discussão do tema “uso racional de medicamentos” e 2) Caracterizar o papel da escola como espaço preventivo acerca do uso racional de medicamentos, problematizando-o à luz do marco conceitual e teórico do materialismo dialético.

Metodologia

Foi realizada pesquisa documental de acordo com Sá-Silva; Almeida e Guindani (2009) no período de outubro de 2013 a janeiro de 2014, em que se buscaram publicações indexadas nas bases de dados do Scielo, Lilacs, Medline e Google Acadêmico. Além dessas informações, foram utilizados outros documentos: artigos e dados publicados pelo Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que tratam do tema do uso racional de medicamentos e a discussão da referida temática no campo educacional, mais especificamente, sobre o papel da escola e dos professores/as nesse processo de divulgação de informações.

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão para a seleção de artigos e documentos: artigos completos disponíveis para acesso; todas as categorias de artigo (original, reflexão, relato de experiência, atualização, revisão de literatura); artigos publicados em português independente do período da

publicação para uma busca histórico-retrospectiva da abordagem do tema. As comunicações científicas deveriam conter em seu título e/ou resumo os seguintes descritores: “uso racional”, “medicamentos”, “escola”, “professoras e professores”, “educação e saúde”. Para os documentos oficiais do governo, foram realizadas pesquisas nos sites governamentais e em programas oficiais relacionados com o tema. A partir das análises dos materiais, que abordavam a temática, selecionamos 22 comunicações científicas para problematização e compreensão do objeto de pesquisa.

Em todas essas comunicações científicas foram feitas leituras flutuantes, formulação e reformulação de hipóteses e objetivos (pré-análise); exploração do material (segunda etapa), tratamento dos resultados obtidos e interpretação (terceira etapa) para termos uma compreensão geral do que as comunicações abordavam, identificando elementos que nos direcionassem para a construção de duas categorias: “comunicações científicas que não incluem a escola e as/os professoras/professores na discussão do uso racional de medicamentos” e “comunicações científicas que incluem a escola e as/os professoras/professores na discussão do uso racional de medicamentos”. Logo após realizamos o processo de categorização de acordo com Minayo (2013) e Sá-Silva; Almeida e Guindani (2009). Para a problematização do tema utilizamos as concepções teórico-metodológicas do materialismo histórico dialético de Marx e Engels (2008) e de Minayo (2013).

Resultados e discussão

Nas comunicações científicas que não incluem a escola e nem os/as professores e professoras como sujeitos dessa discussão, o tema do uso racional de medicamentos é apresentado com base nos preceitos do modelo curativista de saúde, o qual enfoca a necessidade do medicamento ser adquirido independente do local, e muitas das vezes do profissional. Percebemos que tiveram ênfase na abordagem dessas comunicações: a farmácia; o balconista; o médico e o farmacêutico. Profissionais que estão diretamente ligados à medicalização como processo inerente à cura. Entendemos que alguns desses profissionais, assumem postura e conotação pedagógica a serviço da “empurroterapia”⁴ e da automedicação.

Outro fator diretamente ligado ao uso de medicamentos listado dentre os documentos analisados, foram as operações discursivas da mídia.

⁴ “[...] que consiste em induzir o consumo de medicamentos [...]” (CORRER e OTUKI, 2013, p. 8).

Ela apresenta um processo educativo que está intrinsicamente ligado às palavras fáceis, aos jargões do *marketing*, ao cotidiano dos sintomas e doenças “comuns”. O aparelho midiático constrói situações que envolvem as pessoas e promove um ciclo vicioso a ser reproduzido entre amigos, familiares e na escola.

Nas comunicações científicas que incluem a escola e os/as professores e professoras destacamos, principalmente, os documentos governamentais que apresentam uma proposta de inclusão do tema Saúde na escola, como forma de abordagem diferenciada (BRASIL, 1997a; ANVISA, 2007), mas com limitações e com iniciativas que revelam desde o início da proposta, que o tema Saúde se configure em disciplinas que abordavam/abordam os mecanismos pelos quais os indivíduos adoeciam/adoecem. Entendemos que, mesmo com esforços, ainda percebemos nos documentos analisados, uma visão restritiva sobre a escola na abordagem de temas em saúde, como o relacionado ao uso racional de medicamentos.

Ainda, faz-se necessário observar que o Brasil definiu seu entendimento sobre a promoção da saúde na escola como, por exemplo, levar a criança e o adolescente ao desenvolvimento de hábitos saudáveis quanto à higiene pessoal, alimentação, prática desportiva, ao trabalho e ao lazer, dentre outros, permitindo-lhes sua utilização imediata, no sentido de preservar a saúde das pessoas, conforme aponta o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 2.264/74 (BRASIL, 1974).

Essa concepção estabelece conexões de formas distintas das determinações sociais do processo saúde-doença e do conhecimento a respeito do uso racional de medicamentos, e possui diálogo mais consistente na visão biologicista de saúde, identificando-se com a necessidade de ter um agente causador da doença e um hospedeiro, com conseqüente procura de medicamentos nas farmácias.

O processo educacional que envolve a Saúde ainda apresenta, na maioria das vezes, temas que incluem higiene, hábitos saudáveis, alimentação, etc. O Uso Racional de Medicamentos e sua abordagem na escola são tratados com restrição, mas os documentos que relatam sobre esse tema, discutem de maneira interessante essa prática, enfocando o ambiente escolar. Vimos que esse ainda é bastante insuficiente, mas de certa forma, consideramos uma visão contra hegemônica na percepção da escola e a promoção do uso racional de medicamentos como uma temática a ser discutida.

De acordo com Mangueira (2011, p. 2), “a superação destes problemas, mediante o uso racional de medicamentos, é de responsabilidade de todos os profissionais de saúde envolvidos na assistência à saúde da população”. Esse

trecho demonstra a forma como a escola e os/as professores e professoras são excluídos ou invisibilizados do processo de promoção da saúde, transferindo a responsabilidade para um setor. Não poderiam os/as professores/as promoverem saúde?

Para Laurell (1982), precisamos ter compreensão do processo social que constitui a doença e de todas as determinações sociais que a envolvem. Essas determinações imprimem aspectos culturais, históricos, socioeconômicos e consideram que a interpretação do processo saúde-doença não deve acontecer de maneira abstrata e isolada. Nesse sentido, as informações que categorizadas acerca das comunicações científicas que incluem a escola e os/as professores/as como sujeitos e entidades que discutem o uso racional de medicamentos, nos chama atenção pela ausência da abordagem do tema, e muitas vezes, a informação é insuficiente. Percebemos que existe uma secundarização do tema, inclusive, por parte dos documentos oficiais governamentais.

Outro fato relevante que precisa ser problematizado é o impacto que a propaganda de medicamentos gera no público jovem e vulnerável, principalmente na faixa etária discutida no texto e que se encontra dentro das escolas, capaz de reproduzir termos e conceitos presentes nas propagandas de medicamentos. O que poderia ser feito na escola com a contribuição dos professores encontra outros agentes da educação mercadológica e da automedicação a serviço do capital industrial farmacêutico.

Essa prática de ensino torna-se informal e perigosa, pois acarreta riscos na indicação, orientação e na informação que pode ser interpretada e repassada de maneira equivocada. Para Gaspar (2002), na educação informal os conhecimentos são partilhados em meio a interação sociocultural (no caso, entre a farmácia/balconistas e os usuários) que tem, como única condição necessária e suficiente, existir quem saiba e quem queira ou precise saber. Nela, ensino e aprendizagem ocorrem de forma espontânea, sem que, na maioria das vezes, os próprios participantes do processo tenham consciência das consequências.

É importante considerar também que a mídia atua sistematicamente nesse processo de automedicação como estratégia para o aumento do consumo de medicamentos pela população (BARROS, 1983; CARMO-JUNIOR, 2013).

Segundo Angell (2009), os laboratórios farmacêuticos alegam realizar um processo educacional com os consumidores por meio de propagandas educativas, conforme revela um de seus estudos sobre o *marketing* realizado pelos laboratórios americanos.

Entretanto, encontramos algumas expressões que nos preocupam

quando a generalizamos. Por exemplo, segundo Brasil (2012), a mídia se constitui como uma das peças-chave no processo educacional e conscientização da população, sendo fundamental para evitar o consumo exagerado, tanto por automedicação, quanto por pressões desnecessárias sobre os profissionais de saúde. Em nossa opinião, essa abordagem atua no sentido oposto ao que concordamos e temos defendido neste trabalho. Ou seja, a mídia tem contribuído mais deseducando a população nas práticas racionais do uso dos medicamentos do que educando, e promovendo menos saúde!

O que percebemos é um processo de educação do doente, o qual ocorre nas farmácias ou nos consultórios médicos, configurando-se como escolas de doentes, onde recebem os ensinamentos dos mestres na forma de uma educação bancária, em que a única possibilidade de ação oferecida aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (FREIRE, 1996).

Os/As alunos/as recebem informações de ambos os lados: dos profissionais da saúde, dos balconistas, como também da própria mídia que, por meio de um processo educacional duvidoso e acrítico, gera consumidores da lógica dos “sintomas menores”, dos “sintomas toleráveis”, daquilo que não precisa da assistência médica e farmacêutica para intervir, como é o caso dos medicamentos de venda livre. Nesse sentido, a automedicação dita responsável assume uma conotação na disputa de poder e não na lógica da mudança, da intervenção assistida, da promoção da saúde e da atenção primária.

Esses diferentes processos educacionais aqui listados, fundamentam-se na imposição do consumo de medicamentos sobre a população, porque é uma prática que não expõe a dialógica, mas sim uma marginalização que visa doutrinar aqueles que não detêm conhecimento. Essa é uma prática alienante que é assistida e reproduzida em um sistema que não visa educação libertadora e transformadora, pelo contrário, reafirma conscientemente modelos hegemônicos nessa sociedade.

Assim, é necessário que tenhamos um elemento da atenção primária, que consiga elencar atividades que possam dar suporte necessário aos jovens e adolescentes presentes nas escolas, pois entendemos que esse processo requer abordagem diferenciada na construção de outra educação e de outra escola. Esses apontamentos fazem lembrar concepções filosóficas da pedagogia histórico-crítica e a dialética de ensinar, elaboradas por Saviani (2008) e a ideia que, quem ensina cria condições de aprendizagem para quem aprende e quem aprende, constrói e reconstrói o conhecimento para uma nova prática social (GERALDO, 2009). A educação é um meio que pode auxiliar e levar o indivíduo,

principalmente na escola, a refletir sobre o uso racional de medicamentos e a preservação da própria saúde (SANTOS, 2008).

A escola deve ser então, um espaço de transformações e emancipações do conhecimento humano para promover uma educação crítica, reflexiva e problematizadora. Existe a necessidade (e os documentos analisados dizem isso!) de discutir de maneira fundamentada e concreta que a escola passe a abordar essa temática do uso racional de medicamentos. Podemos propor que por meio da escola e dos professores e professoras, primeiramente, os adolescentes sejam sensibilizados para diminuir práticas inadequadas que conduzem ao uso irracional de medicamentos, a partir de projetos e aulas que introduzam o entendimento necessário sobre os medicamentos e seu uso racional. Será que essa prática não poderia ocorrer de forma fundamentada dentro da escola pelos professores e professoras do ensino fundamental e médio? Será que os professores e professoras não são capazes de abordar o uso racional de medicamentos no ambiente escolar e elaborar didaticamente materiais e/ou modelos pedagógicos que possam instrumentalizar essa temática?

Segundo Freire (1996, p. 24-25), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”. No entanto, para possibilitar essa construção ou produção do conhecimento se faz necessário uma formação docente que forneça elementos inteligíveis (e com sentido social) para a apropriação do conhecimento sobre diversos temas. É preciso capacitar os/as professores/as para a educação em saúde, fundamentada na Promoção da Saúde, desde a formação acadêmica inicial (IERVOLINO e PELICIONI, 2005). O professor que atua no ensino de Biologia, bem como os demais docentes, precisa proporcionar um processo ensino-aprendizagem que esteja voltado para a aquisição de competências e a compreensão das informações, para que possibilite ao aluno refletir sobre os conhecimentos adquiridos, proporcionando autonomia em suas decisões, conforme aponta Gonzaga e Sobrinho (2014).

Percebemos que a abordagem sobre o uso racional de medicamentos é encontrada nos trechos de algumas comunicações científicas analisadas que apontam a escola como um espaço de formação do cotidiano da/o aluna/o em que fundamentalmente o/a professor/a é o elemento crucial no processo. É o que informa Santos (2008, p. 28) por meio do seguinte trecho: “a escola é um espaço de formação, onde se busca que o aluno desenvolva uma postura crítica e reflexiva em relação ao seu cotidiano, deve se preocupar com a influência dos meios de comunicação que tentam convencer e estimular o consumo de medicamento”. Essas considerações reforçam nossa tese sobre a discussão

desse tema na escola e o professor como fundamental na interlocução desse diálogo e desenvolvimento de práticas que possam suprir essa necessidade recorrente, conforme nos mostram os dados epidemiológicos apresentados.

Em nossa opinião, a escola e as/os professoras/professores podem criar possibilidades para que o aluno desenvolva condições que permitam selecionar, de forma crítica e reflexiva, as informações por eles recebidas. Sobre o papel do/a professor/a, Santos (2008, p. 53) na discussão de temáticas em saúde, nos diz: “o professor, ao propiciar condições estimuladoras para a reflexão do educando, pode estar propiciando uma ação pedagógica transformadora”. Nesse ato, o/a professor/a acaba por refletir uma consciência contra hegemônica em relação à mídia e à indústria farmacêutica, até mesmo contra o modelo biomédico existente, pois faz do espaço da escola, um local de educação em saúde e de atenção primária à saúde.

Durante a análise e interpretação dos documentos do governo, também intentamos para a generalização da responsabilidade pela condução e inserção da política de uso racional de medicamentos. Ou seja, o desafio da implementação de programas que discutam o uso racional de medicamentos vão de encontro a tendência de generalizar em vez de aprofundar as discussões sobre temáticas, que em nossa opinião são pertinentes à escola. Ao relacionarmos as lacunas encontradas com a tendência ao esquecimento ou negligência dos fatos, principalmente quando consideramos a alta taxa de intoxicação por medicamentos e a quantidade de informações que os adolescentes e jovens recebem da mídia, identificamos a importância e o papel essencial que a escola e as/os professoras/professores poderiam cumprir, minimizando esses eventos de intoxicação medicamentosa e promover saúde.

Portanto, a inserção de temas como uso racional e propaganda de medicamentos no currículo das séries iniciais, deve ser baseada em aspectos que enfoquem a prevenção e o uso indevido de medicamentos, com o objetivo de controlar o consumo dessas substâncias; e que relacionem ao trabalho que será desenvolvido no currículo alguns princípios, como envolvimento da população alvo, adequação às especificidades do grupo alvo, ação prolongada e multidimensional e adequação do trabalho em relação ao percurso cognitivo das crianças das séries iniciais (ANVISA, 2007).

O problema é que não há indicações de como fazer ou mesmo realizar essa inserção. O/a professor/a torna-se refém de análises importantes e observações que são parte da realidade objetiva, mas sem apontamentos que solucionem o problema da educação em saúde. Isto tem reflexos importantes, o tema é problematizado de maneira equivocada e gera compreensões ruins,

devido ao fato de sua abordagem não ser parte dos estudos comuns nas universidades e também nas escolas, principalmente na formação dos professores e na estruturação dos cursos de licenciatura.

O desafio de constantemente problematizarmos conceitos e linhas de pensamentos está em enxergar a promoção da saúde na escola, como parte de um significativo avanço na educação, como também na ampliação e compreensão da saúde e principalmente do uso racional de medicamentos como tema a ser discutido e abordado nas salas de aula. Entretanto, essas práticas estão distantes de serem encaradas pela grande maioria das comunicações científicas categorizadas.

Por fim, entendemos que a partir dessa discussão, construímos problematizações que podem fornecer ao professor e à professora uma visão crítica, que os permita deixarem de ser sujeitos secundários na discussão do uso racional de medicamentos. E mais, apontamos elementos conceituais que enfocam a necessidade de esclarecer a importância do uso racional de medicamentos em sala de aula. O/A professor/a precisa sair de uma posição predominantemente reprodutora de conhecimentos para uma ação reflexiva.

É necessária a constituição de novas práticas sociais educativas que envolvam a escola, os/as professores e professoras e inclua o uso racional de medicamentos, tornando as discussões acessíveis ao contexto e à linguagem dos estudantes, através de metodologias diferenciadas.

Conclusão

O tema do uso racional de medicamentos não é abordado como deveria ser nas escolas da educação básica no Brasil. Além disso, quando abordado, é feito de maneira simplista e muito superficial, sem de fato, expor os fatores que estão diretamente ligados à prática do uso racional de medicamentos na escola, e menos ainda, elencar de maneira qualificada a importância dos/as professores e professoras nesse processo.

Nas comunicações científicas que não incluem a escola e nem os/as professores e professoras o tema do uso racional de medicamentos é apresentado conforme os preceitos do modelo curativista de saúde, o qual enfoca a necessidade do medicamento ser adquirido independente do local, e muitas vezes do profissional. Tiveram centralidade na abordagem dessas comunicações, a farmácia, o balconista, o médico e o farmacêutico. Profissionais que estão diretamente ligados à medicalização como processo inerente a cura e aos medicamentos.

Outro fator diretamente ligado ao uso de medicamentos, listado dentre os documentos analisados, foi a mídia. Essa apresenta um processo educativo que está intrinsecamente ligado às palavras fáceis, aos jargões do *marketing*, ao cotidiano dos sintomas e doenças “comuns”, abordando situações que entram em um ciclo vicioso e reproduzível entre amigos, familiares e até mesmo na própria escola.

Nas comunicações científicas que incluem a escola e os/as professores e professoras intentamos destacar, principalmente aos documentos governamentais analisados que iniciam uma proposta de inclusão do tema Saúde na escola, como forma de abordagem diferenciada, mas ainda com limitações, pois, mesmo com os esforços sentimos nos documentos analisados a existência de uma visão restritiva da escola e da saúde.

Elencamos que o processo educacional que envolve a Saúde ainda se apresenta, na grande maioria, como temas que incluem higiene, hábitos saudáveis, alimentação e vários outros. O uso racional de medicamentos e sua discussão na escola é tratado com restrição, mas os documentos que o abordam o problematizam de maneira interessante essa prática e incluem uma visão crítica. Vimos que ainda é bastante insuficiente essa discussão, mas de certa forma, consideramos uma perspectiva contra hegemônica na percepção da escola e a promoção do uso racional de medicamentos como uma temática a ser debatida.

Essa abordagem nos permitiu perceber que inexistem elementos concretos que envolvem, junto à essa temática, os determinantes sociais que tratam a escola e as/os professoras/professores como atores sociais que estão ligados diretamente à prática do uso racional de medicamentos. Percebemos que, a escola é vista como local de promoção da saúde, mas ainda com visão restrita e que se delimita como um espaço à prática de higiene, puericultura e outras particularidades da lógica curativista.

Comumente, os trabalhos científicos que envolvem a escola ou as comunidades entendem a solução dos problemas como mínimos, como visitas e atuações pontuais durante o ano de realização de um trabalho ou pesquisa científica, por exemplo. Isso deve ser encarado como um problema, visto que, trabalhos que de fato abordem a problemática fora do modelo biomédico-hospitalocêntrico requerem tempo para entender a dinâmica da escola ou das comunidades, uma constância e uma vivência. Então, não é possível encarar a prática do uso racional de medicamentos de forma pontual e curta.

Nesse sentido, é necessário que a prática do uso racional de medicamentos adentre as escolas, tornando-se ferramenta de promoção da saúde

e ultrapasse a esfera do ponto de vista biomédico e curativista. Entendemos que esse tema, faz parte de uma nova prática social que unifica a prática da atenção primária à saúde com a educação, tendo as/os professoras/professores como elementos centrais de modificação e apropriação de discursos e saberes na prática pedagógica em saúde.

Referências

AIS-COIME. *Uso irracional de medicamentos: uma prática que limita benefícios, aumenta riesgos y malgasta recursos*. Boletim n.41, jul. 2009.

ANVISA. *Projeto educação e promoção da saúde no contexto escolar: o contributo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária para o uso racional de medicamentos*. Caderno do Professor. Brasília, DF, 2007.

ANGELL, M. *A verdade sobre os laboratórios farmacêuticos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

AQUINO, D.S. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 13, 2008. Suplemento.

BARROS, J.A.C. Estratégias Mercadológicas da Indústria Farmacêutica e o Consumo de Medicamentos. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, n. 17, p. 377-86, 1983.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Parecer CFE, nº 2.264/74*. Brasília, DF, 1974.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: saúde*. Brasília, DF, 1997a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética*. Brasília, DF, 1997b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. *Uso racional de medicamentos: temas selecionados*. Brasília, DF, 2012.

CARMO-JUNIOR, N.M. *A indústria farmacêutica e sua contribuição ao uso (ir)racional de medicamentos: o domínio mercadológico em detrimento das ações de saúde*. 72f. 2013. Monografia – Curso de Farmácia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

CEBES. Tese do CEBES: contribuição para o debate. Tema: *Determinantes Sociais*. Disponível em: <http://www.cebes.org.br/media/File/Blog/DETERMINANTES%20SOCIAIS_ok.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2014.

CORRER, C.J.; OTUKI, M.F (Org.). *A prática na farmácia comunitária*. Porto Alegre: Artmed, 2013.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Editora Sundermann, 2008.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARVEY, W.D. Communication: the essence of science facilitating information among librarians, scientists, engineers and students. Oxford: Pergamon Press, 1979. In: DIAS, C.A. *Comunicação Científica*. Disponível em: <<http://www.reocities.com/claudiaad/comunica.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

GASPAR, A. A educação Formal e a Educação Informal em Ciências. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, L.C.; BRITO, F. (Org.). *Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. p. 171-183. Disponível em: <<http://www.redpop.org/wp-content/uploads/2015/06/Ci%C3%A2ncia-e-P%C3%BAblico-caminhos-da-divulga%C3%A7%C3%A3o-cient%C3%ADfica-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

GERALDO, A.C.H. *Didática de ciências na perspectiva histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

GONZAGA, P.C.; SOBRINHO, J.A.C. *A formação de professores de Biologia em interface com a bioalfabetização*. Rev. Linguagens, Educação e Sociedade, Teresina, ano 19, n. 31, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/LES%2031_06%20JANEIRO%202016_COM%20MARCAS%20DE%20CORTE-1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

IERVOLINO, A.S; PELICIONI, M.C.F. *Capacitação de professores para a promoção e educação em saúde na escola: relato de uma experiência*. Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum, v.15, n.2, p.99-110, 2005.

LAURELL, A.C. *La salud-enfermedad como proceso social*. Revista Latinoamericana de Salud, México, 2, 1982, p. 7-25. Trad. E. D. Nunes.

MANGUEIRA, V.M, et al. *Influência da atividade educativa sobre o uso racional de medicamentos para professores do ensino infantil da Creche-Escola do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba*. Centro de Ciências

da Saúde, Departamento de Fisiologia e Patologia, Universidade Federal da Paraíba, 2011. p. 2. Disponível em: <www.prac.ufpb.br/anais/XIIIENEX_XIVENID/.../6CCSDFPPX10-P.doc>. Acesso realizado em: 05 jun. 2014.

MATTA, G.C., MOROSINI, M.V.G. *Atenção à Saúde*. Dicionário da Educação Profissional em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz.. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/atesau.html>>. Acesso realizado em: Acesso em: 11 jun. 2014.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. O uso racional de medicamentos: relatório da conferência de especialistas. Nairobi, 1985. Geneva, 1987. In: Aquino, DS. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 13, supl. 2008.

SANTOS, D.S.F.A.V. *Uso racional de medicamentos e formação de professores*. 2008. 72 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Mestrado em Educação. Universidade de Uberaba, Uberaba. 2008.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. *Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, Ano I, n. I, jul. 2009.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SINITOX. *Registro de Intoxicações*. Dados Nacionais, 2012. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/sinitox_novo/media/b7.pdf>. Acesso em: 11 set. 2014.

Data de recebimento: 23.05.2016

Data de aceite: 16.09.2016